



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
XXX CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

PROVA ESCRITA PRELIMINAR - 20.01.2008

01ª questão: Direito Penal (Valor - 5 pontos)

Tertuliano, desejando matar sua esposa Amorfélia e usando seus conhecimentos profissionais, exímio químico que era, prepara um veneno com gosto de mel e, para disfarçar, coloca o conteúdo líquido num frasco de Aloe Vera, produto natural que era regularmente consumido pela mesma, deixando o frasco no lugar em que Amorfélia costumava manter o produto.

Sucedeu que a empregada do casal, ao arrumar a casa, resolveu guardar o frasco em questão no armário, já que ainda havia outro em uso.

Ao cair da noite, Amorfélia, como era de costume, ingeriu seu Aloe Vera e se deitou no sofá para descansar, à espera de seu marido.

Sucedeu que a mesma adormeceu, o que não era comum, e Tertuliano, quando chegou do trabalho e a viu no sofá, pensou que ela tinha ingerido o veneno que ele havia preparado e, por conseguinte, tinha morrido. Então, para comemorar, Tertuliano apanhou sua arma e a descarregou em Amorfélia, a qual veio a falecer, em virtude dos disparos desferidos por Tertuliano.

Pergunta-se: Tertuliano cometeu algum crime? Qual? E por quê?

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA.

02ª questão: Direito Penal (Valor - 5 pontos)

Sinfrônio, Francisco, Colombo e Valdivino, fiscais de rendas da Secretaria de Fazenda de um município do Rio de Janeiro, há dois anos, por determinação de seu superior imediato, Emílio, eram os responsáveis pelas ações fiscais relativas à verificação da correta metragem de imóveis comerciais na cidade.

Após prévio encontro com donos de supermercados locais, em que acordaram o pagamento de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) mensais a cada um dos quatro fiscais, promoveram, no cadastro da Secretaria, a redução da área construída de todas as lojas do setor, o que culminou na diminuição do valor venal e conseqüente pagamento a menor do IPTU desses imóveis.

Os valores recebidos eram depositados em contas-correntes abertas em nome dos caixas dos supermercados, através da falsificação de seus documentos e a concorrência da conduta de Ariovaldo, gerente da agência local do Banco do Brasil, que autorizava a retirada posterior dos valores em espécie pelos fiscais, para futura repartição entre todos.

Capitule as condutas dos quatro fiscais de renda.

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
XXX CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

PROVA ESCRITA PRELIMINAR - 20.01.2008

03ª questão: Direito Penal (Valor - 5 pontos)

Determinado réu é processado pela prática de dois crimes em concurso. É absolvido com relação a um e condenado com relação a outro.

Da absolvição, interpõe recurso o Ministério Público, que tem seu recurso provido, para condenar o referido réu também por este crime. Da condenação, recorre o réu, visando a ser absolvido, mas tem a sentença confirmada pelo Tribunal de Justiça.

Pergunta-se: no tocante à causa interruptiva, como ficará a prescrição de ambos os crimes?

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA.

04ª questão: Direito Processual Penal (Valor - 5 pontos)

É possível a concessão de liberdade provisória ao acusado por crime de tráfico de drogas? E em relação ao imputado de prática de posse de arma de fogo de uso proibido ou restrito?

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA.

05ª questão: Direito Processual Penal (Valor - 5 pontos)

À luz do direito brasileiro, é possível proceder-se à execução provisória da pena antes do trânsito em julgado da sentença condenatória, quando ainda pendentes recursos da defesa ou do Ministério Público?

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
XXX CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PROVA ESCRITA PRELIMINAR - 20.01.2008

06ª questão: Direito Eleitoral (Valor - 5 pontos)

O Prefeito da cidade de Serra Grande, assumido pré-candidato à reeleição, seis (6) meses antes do início da propaganda eleitoral (5 de julho), resolver participar de um programa de cunho jornalístico e de entrevistas na principal emissora de rádio local, a pretexto de divulgar as ações de governo e prestar contas a população. Durante a sua contínua participação no programa o Prefeito compara as realizações de sua administração com a de outros políticos que já ocuparam a Prefeitura, enaltecendo a sua pessoa e a sua gestão, e censurando os seus opositores. A seu turno, a rádio local responsável pela veiculação dos programas, esclarece que inexistente contrato com a Prefeitura e que a participação do Prefeito se deve ao cargo que ocupa e na condição de mero convidado. Pergunta-se:

- a) A participação do Prefeito no supra referido programa de rádio, nas circunstâncias relatadas, constitui alguma prática eleitoral ilícita?
- b) Em caso afirmativo, identifique-a e aponte qual ou quais as providências **imediatas** cabíveis ao promotor eleitoral?
- c) Ainda no caso afirmativo, quais as sanções previstas na legislação eleitoral para combater tal prática?

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA.

07ª questão: Direito Civil: (Valor - 5 pontos)

É possível a aplicação da teoria da imprevisão aos contratos aleatórios?

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA.

08ª questão: Direito Civil (Valor - 5 pontos)

Considerando que a avó paterna e avô materno são obrigados a prestar alimentos, simultaneamente, à sua neta, pergunta-se: trata-se de obrigação solidária?

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
XXX CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

PROVA ESCRITA PRELIMINAR - 20.01.2008

09ª questão: Direito Civil: (Valor - 5 pontos)

Os sucessores do *de cujus* têm obrigação, em caso de aceitação da herança, de responder pela prestação alimentícia a credor do falecido?

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA.

10ª questão: Direito Processual Civil (Valor - 5 pontos)

No curso de audiência de instrução e julgamento o juiz acolhe pedido do réu para levantamento de quantia depositada em garantia pelo autor, sem a prestação de caução. O autor, apenas no dia seguinte àquela decisão, interpõe Recurso de Agravo, sustentando a ocorrência de perigo de lesão grave e de difícil reparação, requerendo ao Relator a concessão de efeito suspensivo da decisão atacada. O agravado suscita a preliminar de preclusão da decisão proferida em audiência.

Análise toda a hipótese sob a ótica do cabimento e da forma do recurso interposto, bem como da possibilidade de concessão de efeito suspensivo, com a indicação dos dispositivos legais aplicáveis.

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA.

11ª questão: Direito Processual Civil: (Valor - 5 pontos)

Ao celebrar o Compromisso de Ajustamento de Conduta, o Promotor de Justiça deve sempre exigir que o compromitente assuma obrigações idênticas às que seriam objeto da pretensão exposta em eventual ação civil pública a ser por ele proposta acerca dos mesmos fatos?

RESPOSTA OBJETIVAMENTE FUNDAMENTADA.

12ª questão: Direito Empresarial: (Valor - 5 pontos)

É possível o deferimento do processamento de recuperação judicial de empresário sob o regime de concordata suspensiva?

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
XXX CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PROVA ESCRITA PRELIMINAR - 20.01.2008

13ª questão: Direito Empresarial: (Valor - 5 pontos)

"X" promove, em Vara Cível da Comarca da Capital do Rio de Janeiro, ação de execução em face de "E", sacado de letra de câmbio, "F" e "G", seus avalistas. No curso da execução e antes que se efetue qualquer penhora, é informado ao juízo cível por "G" a decretação das falências dos dois primeiros executados (E e F) no Estado de São Paulo. Na mesma petição "G" pugna pela suspensão do feito, em vista das falências decretadas em outro Estado da Federação. Aberta vista à promotoria de massas falidas da Comarca da Capital do Rio de Janeiro nos autos da execução singular, como deve opinar o promotor?

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA.

14ª questão: Direito Constitucional: (Valor - 5 pontos)

Tendo-se presente as formas de manifestação da normatividade constitucional, esclareça se os direitos fundamentais ensejam o surgimento de posições jurídicas definitivas ou não definitivas.

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA.

15ª questão: Direito Constitucional: (Valor - 5 pontos)

Com o objetivo de preservar a harmonia organizativa dos Municípios, bem como assegurar o pleno acesso aos cargos públicos, é aprovada Emenda à Constituição Estadual que, traçando os contornos basilares do denominado "*princípio da moralidade administrativa*", dispõe que o quantitativo de cargos em comissão não poderá exceder a 10 (dez) por cento do quantitativo de cargos de provimento efetivo, que são preenchidos mediante prévia aprovação em concurso público.

Não obstante o disposto no art. 29, *caput*, da Constituição da República, o Prefeito de um certo Município, valendo-se de autorização conferida por Lei Municipal, em vigor há vários anos e jamais contestada, descumpra o limite anteriormente referido.

O Tribunal de Contas competente, ao analisar as contas apresentadas pelo Prefeito Municipal, constata a inobservância da Constituição Estadual e aplica a sanção de multa.

Pergunta-se: é correto o proceder do Tribunal de Contas?

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA.

16ª questão: Direito Administrativo: (Valor - 5 pontos)

Agente público que pratica ato negligente, que atenta contra os princípios da Administração Pública, pode ser responsabilizado por improbidade administrativa, na forma do que dispõe a Lei nº 8.429/92?

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
XXX CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

PROVA ESCRITA PRELIMINAR - 20.01.2008

17ª questão: Direito Administrativo: (Valor - 5 pontos)

Pode a Administração Pública negar pleito de revisão de contrato administrativo sob o argumento de que tal instituto não foi previsto no instrumento?

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA.

18ª questão: Princípios Institucionais do MP (Valor - 5 pontos)

O Corregedor Nacional do Ministério Público recebe uma mensagem eletrônica apócrifa noticiando que determinado Promotor de Justiça omite-se deliberadamente no exercício de suas funções, deixando de oferecer ação penal contra indiciado com quem supostamente manteria relações de amizade, embora todos os elementos para o ajuizamento da denúncia estivessem presentes. Determinando a instauração direta de procedimento disciplinar, o Corregedor Nacional constata a veracidade dos fatos e aplica a sanção de remoção do membro do Ministério Público, com a conseqüente designação direta de outro Promotor de Justiça para o oferecimento imediato da denúncia. As providências adotadas estão corretas?

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA.

19ª questão: Princípios Institucionais do MP (Valor - 5 pontos)

O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro possui legitimidade ativa para impetrar mandado de segurança, subscrito pelo Procurador-Geral de Justiça, na Justiça Federal, contra ato de representante de concessionária de serviço público federal, com vista a garantir a isenção da tarifa de pedágio para sua frota oficial de veículos locados?

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA.

20ª questão: Direito Tributário (Valor - 5 pontos)

Lei que revoga direito do contribuinte ao creditamento de ICMS em determinada operação repercute automaticamente em sua escrituração fiscal? Fundamente.

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA.

BOA SORTE!